

ATA N.º 27/2016**Data da reunião ordinária: 19-12-2016****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:50 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 16-11-2016****Operações Orçamentais: 1.091.949,90****Operações não Orçamentais: 250.458,87**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- De acordo com art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, à seguinte munícipe:

Sr.ª D. SUSANA PAULA CALAPEZ LOURENÇO, residente na rua General Humberto Delgado, n.º 16, 3.º Esquerdo, no Entroncamento, presidente do Conselho Fiscal da Associação Protetora dos Animais Companhia da Bicharada, a comunicar conforme previsto na última reunião que esteve presente enviou um e-mail, para a Câmara, com toda a documentação desta associação, a solicitar um espaço para a associação, para colocação de animais, dado que o canil não funciona no horário que permita a recolha imediata de animais quando há abandono e atropelamentos.

Referiu ainda que as pessoas também passeiam os animais sem trela e que não é permitido por lei, sugere que se deveriam promover workshops, para esclarecimento da população.

Realçou uma situação de um gato que foi atropelado em Vila Nova da Barquinha, onde também têm associados, não foi possível salvar o animal, contactou com o vereador responsável Ricardo Honório, que entrou em contato com o Canil, esteve à espera desde as 13,30h até às 16.30, para irem buscar o animal e disseram que teria de pagar. Entretanto morreu um gato bebé que tinha um vírus e também pediu para levar esse gato, ao que lhe responderam que não podiam levar porque na comunicação que tinha sido feita só era mencionado um gato.

Questionou porque é que as associações não podem ligar diretamente para o Canil, tem sempre que passar pela Câmara, se coincidir com um fim de semana como é que se procede, se morrer um animal, se o Canil aos fins de semana só está aberto até ao meio dia.

O Canil continua sem visitas, porque dizem que os animais ficam agitados, pergunta como se vai adotar um animal, se não se pode fazer visitas, referindo que os animais têm que interagir com pessoas para se socializarem.

Na sua associação todos os animais que são adotados, vão com um “chip”, pago pelo adotante. Concluiu que, gostaria de ver esta situação resolvida o mais célere possível.

O Exmo. Presidente, referiu que existem questões com maior dificuldade de resolução, que outras, no entanto tem vindo a tentar melhor. Tomou nota da situação quando vieram fazer a recolha do cadáver do gato e não quiseram levar o outro, entende que não se justifica que isso aconteça, vai transmitir esta situação ao responsável do canil.

Em relação à realização de Workshops, para sensibilização dos donos a assumir as suas responsabilidades, não só do ponto de vista jurídico, mas também o que representa, ter um animal doméstico em casa, a Câmara tem disponibilidade de espaço para o fazer, entende que é um tema muito interessante e que até se pode abordar “Nas Conversas com Café”, convidando pessoas ligadas a associações.

A autarquia, tem tentado promover campanhas de adoção e de esterilização, e também que o canil tenha maior abertura para interagir com os cidadãos, embora haja normas que têm de ser cumpridas.

Relativamente, ao e-mail que enviou e ao espaço que é pedido, vai avaliar e refletir sobre esta questão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Presente a Informação de Atividades desenvolvidas pelo Executivo, no período de 06 de dezembro a 19 de dezembro de 2016

Por volta das 18.00h do dia **05 de dezembro**, **assisti**, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e **Vereador Eng.º Rui Gonçalves**, à Sessão de Esclarecimento do processo de revisão do PDM do Entroncamento, realizada pelos consultores Síntese, Lda, na Sala de Sessões do Edifício da CME.

No dia **06 de dezembro de 2016**, **estive presente**, acompanhado pelos restantes elementos do Executivo a tempo inteiro, no Jantar convívio, promovido pelo Regimento de Manutenção e CME, que teve lugar na Messe dos Oficiais.

Na sequência da Convocatória recebida da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamentos do Lixo do Médio Tejo, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, esteve presente na reunião da Assembleia Geral, no dia **07 de dezembro de 2016**, nas instalações do Eco-Parque do Relvão, Carregueira – Tomar.

Ainda nessa manhã, na sequência da Convocatória recebida, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve presente na reunião da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, realizada no Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha.

Nessa mesma tarde, em face da Convocatória recebida da CIMT, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve presente na 1.ª reunião do Grupo de Técnico de Acompanhamento para a Dinamização do Ecosistema Empreendedor do Médio Tejo, na sede, em Tomar.

Igualmente nessa tarde, realizou-se, na Sala de Sessões do Edifício da Câmara Municipal, reunião com os representantes das Associações de Pais, para abordar variados assuntos para planificação do ano letivo 2016/2017, na qual **estive presente**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**.

Em face da Convocatória recebida da CIMT, **estive presente**, na 11.ª reunião do Conselho Intermunicipal, realizada na Sala Multiusos no Centro Cultural Gil Vicente, no Sardoal, no dia **09 de dezembro de 2016**, seguida de Almoço de Natal, no Restaurante Dom Vinho.

Igualmente nessa tarde, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, **estive presente**, na reunião com os encarregados de educação dos jovens inscritos no projeto Crescer na Cidade, no Pólo 2, nas instalações do CLDS – 3 G.

Ainda nessa noite, a convite da Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, **estive presente**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, no Jantar de Natal, realizado nas instalações dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, assistindo à apresentação do vídeo institucional e às atuações musicais.

A convite da ANMP, em parceria com a ANAFRE, **estive presente** na Convenção Nacional dos 40 anos do Poder Local Democrático, no Convento de São Francisco, em Coimbra, no dia **10 de dezembro de 2016**.

Ainda nesse dia, a convite da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamentos do Lixo do Médio Tejo, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, esteve presente no tradicional Almoço de Natal, realizado na Quinta das Vendas.

Igualmente nessa tarde, em face do convite formulado pelo Jornal Novo Almourol, **estive presente** na 2.^a edição da entrega de prémios a personalidades, empresas, associações e outras entidades do Médio Tejo nas categorias de Educação, Cultura, História, Associativismo, Desporto, Empresa, Criatividade e Tradição. O prémio empresa foi atribuído à VE – VEECO, sediada no nosso Concelho.

Ainda nessa noite, a Associação Fator J, em parceria com a CME, promoveu a Jazz Night, no Centro Cultural do Entroncamento, à qual assistiu a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**.

No dia **11 de dezembro de 2016**, decorreu o Jogo de Futsal Masculino Sporting Clube de Portugal vs Modicus, no Pavilhão Desportivo Municipal, ao qual **assisti**, em conjunto com a **Vereadora Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Na sequência da Convocatória recebida da CCDR LVT, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, em minha representação, **estive presente** na reunião extraordinária do Conselho Regional, realizada no Auditório da CCDR LVT, em Lisboa, no dia **12 de dezembro de 2016**.

Ainda nessa tarde, na sequência da Convocatória recebida da AdLVT, **estive presente**, na reunião da Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, na Guarda.

Igualmente nessa tarde, a convite do CERÉ, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, esteve presente na inauguração oficial da Rede Local de Intervenção Social do Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Constância, realizada na sede da RLIS.

No dia **13 de dezembro de 2016**, realizou-se a reunião mensal com o Presidente de Junta de Nossa Senhora de Fátima, a fim de abordar assuntos relacionados com o nosso Concelho.

No dia **14 de dezembro de 2016**, no âmbito do Plano de Ação desenvolvido pelo CLDS – 3 G, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, assistiu ao Teatro Sr. Empreendedorismo, na Escola Básica António Gedeão.

Ainda nessa tarde, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim**, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, estiveram presentes na Festa de Natal do Programa Reviver, realizado no Centro Cultural. Contou com a participação dos utentes do Programa Reviver e participação especial de alunos do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, no âmbito do projeto Ler + Jovem e Clube de Guitarras.

Igualmente nessa tarde, em face da Convocatória recebida da CCDRC, **estive presente**, na reunião do Conselho Regional, realizada no seu Auditório, em Coimbra.

Nessa mesma tarde, a **Vereadora Dr.^a Tília Nunes**, esteve presente na reunião com os encarregados de educação do projeto Crescer na Cidade – Pólo 1.

Em face da convocatória recebida do Instituto da Conservação e das Florestas, I.P., o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, esteve presente na X Reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta de Santarém, no Centro Cultural Gil Vicente, no Sardoal, no dia **15 de dezembro de 2016**.

Igualmente nessa manhã, em face do mail recebido da CIMT, **estive presente**, na Sessão Pública de apresentação do 1.^o Relatório de Avaliação Anual do Grupo de

Apoio à Gestão do “PENSAAR 2020 – uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais”, no Ministério do Ambiente, em Lisboa.

Nessa mesma manhã, na sequência do pedido de audiência solicitado pelo STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve presente nessa reunião.

Ainda nessa tarde, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve presente na Festa de Natal do Infantário Encoprof e da Escola Básica do Bonito.

Ainda nessa noite, a convite do Centro de Línguas do Entroncamento, **estive presente**, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, na cerimónia de entrega dos diplomas do Quadro de Excelência 2015/2016, seguindo-se os tradicionais Christmas Carols.

No dia **16 de dezembro de 2016**, a CME associou-se mais uma vez, ao Moto clube “Os Fenómenos”, na distribuição de lembranças nas escolas e lares do concelho. Na distribuição dos presentes, uma lancheira e guloseimas a todos os alunos do concelho que frequentam o Jardim de Infância e o 1.º Ciclo, num total de 1500 prendas, **estive presente**, em conjunto com todos a **Vereadora Tília Nunes** e o **Vereador Carlos Amaro**.

Ainda nesse dia, em face do convite formulado pela Universidade Sénior do Entroncamento, **estive presente**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, no Almoço de Natal, realizado no Salão da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, seguindo-se uma pequena atuação dos alunos da USE.

Ainda nessa tarde, na sequência da Convocatória recebida da AdLVT, **estive presente** na reunião do Conselho de Administração, na ETAR do Entroncamento. Antes da reunião, realizou-se uma visita às instalações da ETAR, na qual esteve igualmente presente a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Igualmente nessa noite, **estive presente** no Jantar de Natal da AdLVT, realizado na Quinta das Oliveiras, em Abrantes.

No dia **17 de dezembro de 2016**, **estive presente** no Torneio do Pai Natal do CLAC, que decorreu nos Campos de Ténis e na Festa de Natal do CADE.

Estive igualmente presente, face ao convite formulado pela Associação dos Lares Ferroviários na Festa de Natal, realizada nas instalações do lar, com atuações do Grupo Coral “Meninas e Moços”; musical AD Lusitano; danças juvenis; distribuição de prendas e Lanche.

Nessa mesma noite, **assisti**, em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, ao Concerto de Natal do Conservatório de Música de Santarém, na Igreja da Sagrada Família.

No dia **18 de dezembro de 2016**, na sequência do convite formulado pelo CLDS – 3G, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, o CERE e a Associação Encoprof, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, estiveram presentes na iniciativa Natal Intercultural, no Centro Cultural do Entroncamento, repleta de música, gastronomia. Dança, Artesanato e Literatura.

Ainda nessa noite, a convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, esteve presente no Almoço de Natal, no Restaurante “O Retornado”.

No fim-de-semana, de **17 e 18 de dezembro de 2016**, decorreram várias atividades promovidas pela CME, nomeadamente: Sábados Mágicos na Biblioteca; Mostra de Artesanato na Rua Luís Falcão de Sommer; Oficina de Presentes de

Natal com a presença do Pai Natal na Praça Salgueiro Maia e Insufláveis e o Espaço ZEN, de iniciativa da Associação Fator J.»

2 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

a) Questiona sobre o que está a ser feito com a Associação de Pais relativamente à planificação do ano letivo.

b) Também solicita informação sobre a reunião com o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da ADMINISTRAÇÃO Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins.

c) Sendo a segurança matéria que por diversas vezes já aqui foi abordada, regista um incidente de hoje, cerca das 10 da manhã, em que há uma tentativa de assalto, em plena luz do dia, junto à rotunda da Associação Filarmónica. É um registo e o apelo para que seja alertada a PSP para que estão a surgir ocorrências desta natureza.

O Exmo. Presidente, acerca da reunião com as Associações de Pais esclareceu que estas associações estiveram em período eletivo e foi com objetivo de dar conhecimento aos pais que foram integrados pela primeira vez, do plano de atividades que foram aprovados no início do ano.

Sobre a reunião com STAL, deu a palavra à Sr.^a Vereadora Tília Nunes, tendo esclarecido que esta reunião foi solicitada pelo STAL e estiveram presentes 3 funcionários do município (delegados sindicais) uma representante do sindicato de Santarém e uma representante de Lisboa. Havia 2 pontos na ordem de trabalhos, um sobre o trabalho por turnos e outro sobre recolocação de funcionários por limitação de saúde temporária, tendo esclarecido que este último já estava resolvido.

Relativamente ao primeiro ponto, do subsídio de turno, referiu que foi mal interpretado pelos funcionários, o STAL confirmou que o trabalhador para receber o subsídio de turno tem que estar em rotação de turno com outro colega, não se aplicando mesmo que o trabalhador faça turno alguns dias no mês.

De novo, o Exmo. Presidente, acerca da tentativa de assalto, salientou que lamenta este episódio, mas acontece em muitas cidades do nosso país.

Temos tido uma intervenção muito forte das forças de segurança, ainda esta semana houve uma intervenção ao nível do distrito, em que abrangeu o Entroncamento e mais outras duas cidades e todos os dados que há demonstram que existe uma melhoria muito significativa ao nível da segurança.

Quando existem estas situações as pessoas devem comunicar às autoridades.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Solicitou informação sobre a reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta de Santarém.

Usou da palavra o Vereador Sr. Carlos Amaro que esclareceu que esta reunião teve lugar no Sardoal e fez-se o rescaldo da fase Charlie que consistiu em fazer o balanço dos fogos da área ardida na fase do verão.

Salientou ainda que o Entroncamento tem número elevado de ignições e que os fogos de Sardoal e Salvaterra de Magos, representaram 85% de área ardida, na região no Médio Tejo.

4 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

Questionou sobre as infiltrações e a água que caiu no Pavilhão Desportivo Municipal, aquando do jogo de Futsal do Sporting/Benfica.

Pergunta o que é que está a ser feito para resolver este problema, pois fica chocado e surpreendido quando dizem que esta situação foi originada pela colocação dos painéis sobre a estrutura, segundo tem conhecimento esta questão já existia anteriormente.

Acerca dos repuxos na rua calcetada, referiu que foi uma má opção esta obra, é um espaço que deve ser limpo e se os repuxos não estão a funcionar, entende que devem ser eliminados.

Também, faz menção à limpeza da via pública, sabe que o executivo tem feito um grande esforço neste sentido, mas ainda existem muitos resíduos e folhas acumulados em algumas zonas da cidade questiona se não terá que se fazer um reforço nos recursos humanos.

O Exmo. Presidente em resposta ao Sr. Vereador David Ribeiro sobre as infiltrações no pavilhão desportivo esclareceu para que o Sr. Vereador consultasse o comunicado que a abaixo se transcreve. É uma situação que todos lamentam, é um problema que já vem do anterior executivo por não ter dado continuidade ao processo.

Está-se a fazer um levantamento exaustivo que poderá estar concluído em janeiro, logo que esteja concluído, o empreiteiro será chamado a intervir no que seja da sua responsabilidade.

Seguidamente, a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, referiu que ao longo de 15 anos, os últimos 3 anos, também foram tempo e não nos desculpemos de tudo o que não foi feito com o passado.

Por último o Vereador Sr. Carlos Matias, pergunta se foi feita a receção definitiva, tendo o Exmo. Presidente esclarecido que não foi recebida devido às infiltrações.

COMUNICADO À IMPRENSA

Infiltrações no Pavilhão Desportivo Municipal

«A Câmara Municipal, à semelhança de outros eventos dinamizadores e estruturantes, desenvolveu esforços e conseguiu trazer para o pavilhão desportivo municipal um derby nacional - Sporting/Benfica.

O pavilhão desportivo municipal nestes últimos anos tem acolhido os mais variados eventos de extrema relevância e com visibilidade nacional e até internacional.

Assim e relativamente às questões levantadas de falta de manutenção dos equipamentos, vem a Câmara Municipal esclarecer que:

- A construção do pavilhão desportivo municipal foi iniciada em 1987 e concluída em 2005 sendo efetuada por fases (1^o, 2^a e 3^a).

- A cobertura do pavilhão foi incluída na 2^o fase e rececionada provisoriamente a 10 de janeiro de 2002, ficando uma garantia, por parte do empreiteiro, da boa execução dos trabalhos pelo período de 5 anos no valor de 36.163,06 €.

- A receção definitiva da 2^a fase deveria ter ocorrido a 10 de janeiro de 2007, mas devido a infiltrações da cobertura que nunca foram resolvidas, a obra nunca foi recebida definitivamente.

- A empresa construtora efetuou uma intervenção insuficiente em 2008 tendo que ser a Câmara em 2010 mandar efetuar os trabalhos de reparação na cobertura do alçado nascente, no valor de 1.400,00€ + IVA.

- Na mesma altura a Câmara Municipal (2010) procedeu a um levantamento das necessidades no lado poente que orçavam em cerca de 2.000,00€+ IVA, não tendo tido disponibilidade financeira para avançar com a reparação. Também não foi executada a garantia bancária existente. Por certo outras prioridades haveria.

Ao longo dos anos várias foram as informações dos serviços a relatar a necessidade de intervenção na cobertura do pavilhão e nada foi feito.

Permanecem infiltrações tanto no lado poente como no lado nascente.

Em novembro deste ano (2016) foi feita uma impermeabilização nas zonas que se entendiam estar na origem das infiltrações. Com as primeiras chuvas verificou-se que não foi suficiente.

Na semana que antecedeu o jogo de Futsal, a Câmara Municipal efetuou, por recurso a duas empresas da especialidade, trabalhos de impermeabilização de acordo com as propostas de resolução apresentadas e tendo como base o diagnóstico realizado. Face aos trabalhos realizados a Câmara Municipal esperava um resultado diferente, tal não aconteceu. Com um estado de tempo tão adverso infelizmente permaneceram algumas infiltrações.

A Câmara Municipal já está a enveredar esforços para uma impermeabilização completa da cobertura do pavilhão municipal.

Está também prevista para os próximos dias o início de uma intervenção de fundo na cobertura das piscinas municipais para colmatar falhas graves e antigas de isolamento e infiltrações na cobertura. Outra herança do anterior executivo.

A visibilidade que este caso tomou apenas existiu pelo estado do tempo anormalmente adverso e pela visibilidade do evento desportivo que esta Câmara facultou à cidade.

Entendendo a exceção das condições climatéricas adversas, a Federação Portuguesa de Futebol e o Sporting Clube de Portugal, relevando o esforço da Câmara Municipal e dos seus funcionários, mantêm o interesse no uso do Pavilhão Desportivo Municipal, pelo que o jogo do próximo dia

11 de dezembro, às 15h00, entre o Sporting e o Ad Modicus Sandim, se vai realizar, por opção expressa do Sporting e da Federação, no Entroncamento.

Lamentamos profundamente o aproveitamento político que este caso proporcionou no esforço de desresponsabilização do anterior executivo municipal ou na tentativa de desviar as atenções de outros casos eventualmente mais mediáticos.

Há pessoas que têm uma memória curta, há outras que não tendo memória curta recorrem a todos os expedientes para denegrir a imagem deste executivo indiferentes às consequências para a imagem da nossa Cidade.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 05 de dezembro de 2016, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

- Os Vereadores Srs. Carlos Amaro, Carlos Matias e Isilda Aguincha, não participam na votação da aprovação da ata desta reunião, por não terem estado presentes na mesma, de acordo com o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

12964/16 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO - EDITAL DE DELIBERAÇÕES

- Ofício n.º 130/16, de 02 de dezembro, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar o Edital com as deliberações tomadas na sua Sessão Ordinária realizada em 30-11-2016.

- A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 2

13474/16 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES – MOÇÃO – TAXAS DE SERVIDÃO AGRÍCOLA A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS – REVOGAÇÃO DO ART.º 63.º DA LEI N.º 34/2015, de 27/04, E DOS ARTIGOS 3.º, 4.º E 5.º DA PORTARIA N.º 357/2015, DE 14 DE OUTUBRO

- E-mail de 5 de dezembro de 2016, da Assembleia Municipal de Amares, a enviar a Moção que a seguir se transcreve, aprovada, por unanimidade, na sua 5.ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25 de novembro findo.

A SABER:

«Pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, a Assembleia da República deliberou a aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso por estradas nacionais e regionais. A regulamentação da aplicação destas taxas foi feita pela Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro e, desde então, está em aplicação. Esta medida revela-se absolutamente injusta porquanto as propriedades agrícolas e respetivos acessos já lá estavam antes da construção das estradas sobre os caminhos existentes. Além disso, se, durante mais de 140 anos, nunca se pagaram taxas, até porque muitas das expropriações dos terrenos para as estradas nunca foram pagas aos seus

proprietários, revela-se uma injustiça a aplicação destas taxas. Assim, propomos à Assembleia Municipal de Amares que aprove a presente proposta de moção no sentido da revogação das normas relativas a estas taxas. Mais solicitamos que esta Moção seja enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, ao Senhor Ministro que tutela as Infraestruturas de Portugal, a todas as Câmara e Assembleias Municipais, a fim de se criar um movimento nacional tendente à revogação da lei referida, designadamente ao art.º 63.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril e os artigos 3.º, 4.º e 5.º da Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro.»

- A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 3

13360/16 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – SITUAÇÃO NOS CTT – DESTRUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DEGRADAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL

- E-mail de 12 de dezembro de 2016, do Grupo Parlamentar do PCP, a dar conhecimento da iniciativa parlamentar realizada por este grupo parlamentar, sobre a situação que se verifica na empresa CTT, com a operação de destruição de postos de trabalho que ali se está a lançar.

Mais comunicam que, na sequência dos contactos e alertas dos trabalhadores da empresa, e nomeadamente do SNTCT/Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, o Grupo Parlamentar do PCP confrontou o Governo com este processo de autêntico despedimento coletivo encapotado e com a degradação do serviço público postal, identificando múltiplas situações concretas que foram apontadas pelo SNTCT (sabendo que muitas outras haverá e será necessário recensear também) e questionando o acompanhamento a ser dado pelo Governo em articulação com a ANACOM.

Requerem ainda a Audição das Organizações Representativas dos Trabalhadores dos CTT e da ANACOM na Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas sobre esta situação que é ela própria indissociável da privatização dos CTT perpetrada pelo anterior Governo PSD/CDS-PP, evidenciando e confirmando a razão do PCP quando oportunamente alertou para estas consequências e implicações.

Enviaram em anexo os documentos apresentados na Assembleia da República.

- A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 4

9955/16 – INFANTÁRIO ENCOPROF – FESTA DE NATAL – ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail de 2 de novembro de 2016, da Diretora Técnica do Infantário Encoprof, a solicitar a isenção de taxas para a realização da Festa de Natal, no dia 15 de dezembro, no Centro Cultural.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento da taxa sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.

- A Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha, fez a intervenção que se encontra no anexo (4.1) da presente ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

12998/16 – ASSOCIAÇÃO FACTOR J – NOITE DE JAZZ – ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail da Associação Factor J, a solicitar a isenção das taxas para a realização da Noite de Jazz, no dia 10 de dezembro, no Centro Cultural.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento das taxas da competência da Câmara sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

13201/16 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO ENTRONCAMENTO – JANTAR DE NATAL – ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Petição em nome da Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento da taxa especial de ruído para a realização do Jantar de Natal Institucional, no dia 9 de dezembro, das 20h às 04h, no pavilhão dos Bombeiros do Entroncamento.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento da taxa sujeito a ratificação pela Câmara. Enviar à Reunião para ratificação do despacho.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

12431/16 – SPORTING CLUBE DE PORTUGAL – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL

- E-mail de 17 de novembro de 2016, do Sporting Clube de Portugal a solicitar a cedência do pavilhão Municipal, para a realização de dois jogos da liga Sport Zone de Futsal, dia 03/12/2016 – Sporting CP x SL Benfica, às 14.30h e no dia 11/12/2016 – Sporting CP x Modicus, às 15h, com transmissão televisiva na TVI.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, homologar a cedência do pavilhão Municipal, sem cobrança de taxas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

10751/16 – RICARDO SALDANHA – ALARGAMENTO DO PERÍODO DE ABERTURA DAS LOJAS N.º 17 E 18 DO MERCADO DIÁRIO

- E-mail de 13 de outubro de 2016, de Ricardo José Viveiros Saldanha, a solicitar o alargamento do período de abertura das lojas n.ºs 17 e 18 do mercado diário, até ao mês de março de 2017, no qual prevê a atribuição do financiamento.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, deferir o pedido e notificar o requerente que deverá apresentar os projetos de adaptação das lojas, até ao final de janeiro de 2017.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 9

6069/15 – PROPOSTA DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE PROJETO DE REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

- Da Vereadora Sr.^a Tília Nunes foi presente a seguinte Proposta:

«Considerando as alterações do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo DL 4/2015 de 07/01 (com início de vigência a 07/04/2015), adiante designado por CPA, aplicáveis ao procedimento de elaboração e aprovação de regulamentos, Considerando a entrada em vigor da lei 32/2016, de 24 de agosto, existe necessidade de iniciar o procedimento de revisão do **REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**, propõe-se, atento o disposto nos artigos 55º e 96º e seguintes do CPA, se delibere:

a) aprovar o início do procedimento do projeto de revisão do **REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO**;

b) se delegue a sua direção no Sr. Presidente da Câmara, Prof. Doutor Jorge Faria (art.º 55.º n.º 2 e 4 do CPA).

O início dos procedimentos será publicitado na Internet, no sítio institucional, onde se informará a população sobre o órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a revisão do regulamento.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta Proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10

1048/16 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE/BAR/ESPLANADA NO PARQUE DO BONITO – TRINCANELA-SNACK-BAR PASTELARIA, LDA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA RENDA ATÉ AO FINAL DO ANO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente uma informação, referente à concessão da exploração do restaurante/bar/esplanada no Parque do Bonito à firma Trincanela – Snack-Bar Pastelaria, Lda., com a finalidade de isentar o pagamento das rendas até ao final do ano como forma de incentivo à rápida abertura do estabelecimento, devendo a cobrança das rendas serem feitas a partir de janeiro de 2017.

- A Câmara deliberou por maioria, isentar o pagamento das rendas até ao final do ano de 2016.

- Os Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Carlos Matias, fizeram as intervenções que se encontram no anexo (10.1) da presente ata.

6 votos a favor dos Vereadores Srs. Isilda Aguincha, David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

11615/16 – FEIRA DE ABRIL DE 2017

- Da Técnica Superior da Cultura, Dr.^a Conceição Serra, foi presente a seguinte informação, relativa à realização da Feira de Abril de 2017:

«Serve a presente informação para apresentar junto de V.^a Ex.^a, a proposta para a Feira de abril em 2017.

Informa-se que por iniciativa do Vereador Carlos Amaro, é intenção da Câmara Municipal do Entroncamento, realizar novamente a Feira de abril, dado a mesma ser uma iniciativa de manifesto interesse social e cultural. As datas propostas foram de 7 a 23 ou de 14 a 30 de abril no recinto multiusos e com o seguinte horário: domingo a quinta-feira das 14h às 24h e sextas-feiras e sábados das 14h à 01h.

Para a realização deste evento contactou-se novamente o mesmo proponente de anos anteriores, Diversões Simões, Lda. O qual apresentou a proposta em "Visualizar", onde se compromete a assumir na totalidade o custo da instalação elétrica para funcionamento da feira e a desmontagem da mesma no final desta. Propõem-se a instalar diversos equipamentos para adultos, jovens e crianças devidamente legalizados. Bem como secção alimentar: faturas, bifanas, cachorros, pipocas e algodão doce e pão com chouriço.

Como contrapartidas solicitam: isenção de todas as taxas (ocupação do espaço público, publicidade e licenciamentos); utilização de ponto de água; segurança do espaço; utilização e limpeza das casas de banho e iluminação do espaço no horário noturno.

O proponente pretende oferecer a título de patrocínio a quantia de 2.500€ ao Município; 20000 fliers (parte distribuídos pelo proponente em estabelecimentos comerciais e outra parte distribuída pela Câmara nos estabelecimentos de ensino) e 50 cartazes A3 para divulgação do evento, bem como uma manhã de domingo com as diversões abertas ao público escolar até aos 12 anos.»

- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a realização da Feira de Abril 2017, de acordo com esta informação.

- Os Vereadores Srs. David Ribeiro e Carlos Matias, fizeram as intervenções que se encontram no anexo (11.1) da presente ata.

5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente, 1 voto contra do Vereador Sr. Carlos Matias e 1 abstenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha, que fez a seguinte declaração de voto:

«Concordo com a realização da Feira de Abril.

No entanto, estranho que mais uma vez, pela 3^a vez, surja uma proposta de contrato com um único operador, sem concurso ou sem que haja conhecimento de diligências no sentido de poderem existir mais interessados na exploração do evento.

Propõe o empresário uma manhã de domingo com acesso livre à comunidade escolar até aos 12 anos, sabendo todos nós que as crianças não serão acompanhadas pela escola numa manhã de domingo e que caberá a cada família suportar os custos dos acompanhantes das crianças.

Acresce à proposta a garantia de 20.000 flyers para publicidade do evento e 50 cartazes A3, o que não será de estranhar, uma vez que a empresa terá que publicitar o evento.

Depois, estranha-se que seja solicitada a total isenção de taxas (tal como aconteceu nos anos anteriores), por um lado, e, em contradição, afirmada a oferta de um patrocínio à Câmara de 2.500 € (tal como surgiu na proposta que foi apresentada o ano passado), sendo certo que as taxas a cobrar, segundo o que conta dos documentos facultados, seriam para o próximo ano de 4.215,12 €, sem contar com as taxas de ruído/som e com a distribuição de publicidade, ou outras que não estejam contabilizadas.

Aquando da decisão relativa à feira deste ano registei que “Entendo o procedimento que visa a realização da Feira de Abril como absolutamente excecional, porque considero que o acesso das empresas à mesma não deveria estar condicionado à articulação com uma única empresa promotora, por convite, sugiro que no próximo ano seja considerado um modelo que não limite a uma empresa a dinamização/controlo da realização do evento...”, tendo, então, votado a favor da proposta. Hoje, é perceptível que não valerá de nada esperar um modelo que não limite o acesso à exploração do evento, que promova a concorrência e/ou o acesso a outros possíveis operadores, pois a proposta é em tudo semelhante à anterior e não há informação de que algo tenha sido feito visando a publicitação do acesso à exploração do evento, isto é, de outro modelo de negócio/contratação – não pude, por isso, aprovar este procedimento.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

13330/16 - DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – LICENÇAS E TAXAS

- Da Coordenadora Técnica dos Serviços de Licenças e Taxas, Maria da Conceição Lucas Antunes, foram presentes os mapas das licenças emitidas por aquela Secção, no período de 09/08/2016 a 09/12/2016, atenta a deliberação de 14/10/2013.

- A Câmara tomou conhecimento e rubricou estes mapas.

PONTO 13

9597/16 – MINUTA DO CONTRATO - REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DA RUA GENBERAL HUMBERTO DELGADO – BLOCOS G, H, I, J – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato da empreitada da “Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado – Blocos G, H, I, J”, adjudicada à Firma Obrimofor, Construções Unipessoal, Lda, para aprovação.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Aprovo o contrato de acordo com a proposta ao abrigo da competência do n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013.

Este despacho deve ser sujeito a ratificação da Câmara Municipal.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 14

13477/16 – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO – 1.ª FASE

- Do Consultor José Augusto dos Santos, foi presente a seguinte informação referente à empreitada de “Eficiência Energética em Iluminação Pública no Município do Entroncamento – 1.ª Fase”:

«Relativamente aos elementos de projeto técnico necessários para a realização da empreitada referente ao assunto em epígrafe informo que os mesmos se encontram concluídos, pelo que se anexam para a respetiva aprovação da Exma. Câmara Municipal.

Anexos em suporte de papel:

Memória Descritiva e Justificativa
 Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas
 Mapa Resumo do Cálculo Luminotécnico
 Mapa Resumo de Quantidades e Poupanças
 Mapa de Medições
 Estimativa Orçamental
 Peças Desenhadas
 Anexo em suporte informático
 Cálculos dos Parâmetros Luminotécnicos.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar os elementos de projeto técnico.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

12800/16 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – AMPLIAÇÃO FASE 2 - AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Provisória, elaborado em 22 de novembro de 2016, referente à empreitada do “Cemitério Municipal – Ampliação Fase 2”, adjudicada à Firma Ecoedifica, Ambiente e Construções, SA.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 16

11552/16 – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO - VIA CIRCULAR 3 – TROÇO ENTRE A PONTE DA PEDRA E A PASSAGEM SUPERIOR À LINHA DO NORTE – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

- Este assunto foi retirado da reunião, para melhor análise.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 17

11954/16 – ALCANCETOTAL, LDA – LOJA N.º 45 DO MERCADO DIÁRIO – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – INSTALAÇÃO DE ESPLANADA FECHADA

- Este assunto foi retirado da reunião para que seja fundamentado de acordo com o projeto de modernização do mercado.

PONTO 18

10094/16 – PROC.º DE OBRAS N.º 27/2016 – CIDÁLIA MARIA VENERA MONTEIRO OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – INSTALAÇÃO DE ESPLANADA FECHADA COM GUARDA-VENTO

- Presente o processo de obras número 27/2016, em nome de Cidália Maria Venera Monteiro, referente à instalação de esplanada fechada com guarda-vento, na rua Arnaldo da Silva, n.º 9, nesta cidade, conforme projeto que junta.

O Técnico Superior, Arquiteto José Tavares, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«Pretende a requerente a ocupação de via pública (19.25m²) com esplanada fechada de estrutura em alumínio coberta com tela de PVC. (Projeto em anexo).

Apresenta alteração ao pedido inicial reduzindo a área de ocupação de forma a garantir que o estacionamento automóvel não condicione a passagem pedonal e o percurso acessível.

O parecer destes serviços é favorável à presente pretensão devendo ser solicitada à requerente responsabilidade pela estabilidade da composição.

A ocupação será temporária (o pedido é por 12 meses) devendo espaço ficar à disposição do município sempre que se justifique.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar a instalação da esplanada, de acordo com a informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 19

12862/16 – PROC.º DE OBRAS N.º 04/2014 – JOÃO PEDRO DE MATOS DÂMASO – MURO CONFINANTE COM A VIA PÚBLICA – PROJETO DE ARQUITETURA

- Presente o processo de obras número 04/2014, em nome de João Pedro de Matos Dâmaso, referente à regularização do muro confinante com a via pública, na rua Casal Vidigal – lote 44, nesta cidade, conforme projeto de arquitetura que junta.

O Técnico Superior, Arquiteto José Tavares, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«Os elementos entregues correspondem ao que ficou acordado em reunião de 21 de outubro. A retificação assenta regularização do muro confinante com a via pública na frente com a plataforma viária existente a sul. Na análise ao projeto de arquitetura considera-se que é merecedor de parecer favorável. Deve, pelo facto de incluir uma cave, ser solicitada ao requerente a apresentação, no prazo de 6 meses, dos projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 20

5641/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 12/2016 – MARIA JULIA FERNANDES CARDOSO RIBEIRO – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO AGRÍCOLA, TELHEIRO E MURO CONFINANTE

- Presente o processo de obras número 12/2016, em nome de Maria Júlia Fernandes Cardoso Ribeiro, referente à construção de edifício de apoio agrícola, telheiro e muro confinante, em Foros de Macedo, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

A Técnica Superior, Arquitecta, Telma Domingues, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu o seguinte parecer:

«Na sequência da reunião realizada no dia 21 de julho de 2016, o requerente apresentou os elementos solicitados a fim de dar cumprimento ao referido na informação dos serviços de 8 de junho de 2016 e ao estipulado nos artigos 31.º e 32.º do RMUE.

Da análise por parte destes serviços, entende-se que o projeto de arquitetura encontra-se em condições de ser viabilizado.

Para que seja cumprido o último ponto da referida informação (dotar o terreno em causa de infraestruturas), informamos que, quanto à extensão da conduta de água o processo encontra-se para avaliação técnica dos serviços (MGD N.º 3841), estando sanada a parte elétrica dado que a requerente já fez o pedido à EDP, conforme consta cópia no processo.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 21

8020/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 21/2016 – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO ENTRONCAMENTO – AMPLIAÇÃO DE JARDIM DE INFÂNCIA

- Presente o processo de obras número 21/2016, em nome de Centro Social Paroquial do Entroncamento, referente à ampliação de Jardim de Infância, na rua da Fé, número 6, nesta cidade, conforme o projeto que junta.

O Técnico Superior, Arquiteto José Tavares, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«A presente proposta refere-se à ampliação de Jardim-de-infância no local acima indicado.

As alterações pretendidas referem-se concretamente à ampliação de espaços destinados serviços administrativos com o envolvimento de um novo corpo volumétrico ao nível do 1.º piso. Mantém a linha arquitetónica existente e referente ao conjunto. Propõe ainda substituição de coberturas existentes de fibrocimento, que prevalecem em grande parte do edifício, por cobertura tipo “sandwich” vermelha no exterior.

As alterações propostas à arquitetura merecem da parte destes serviços, parecer favorável pelo que o projeto se encontra em condições de ser deferido, devendo ser solicitada a apresentação no prazo de 6 meses os projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 22

12814/16 - PROC.º DE OBRAS N.º 33/2016 – CONDOMÍNIO DO PRÉDIO RUA LUÍS FALCÃO DE SOMMER, N.º 29 – ALTERAÇÕES EM PARCELA DE FACHADA

- Presente o processo de obras número 33/2016, em nome de Condomínio do Prédio, na rua Luís Falcão de Sommer, número 29, nesta cidade, referente às alterações em parcela de fachada de prédio multifamiliar, conforme projeto que junta.

O Técnico Superior, Arquiteto José Tavares, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, prestou a seguinte informação:

«A presente proposta refere-se a necessária reparação de parcela de fachada com consequente alteração de material de revestimento exterior. Abrange as frações G e J (2.º e 3.º centro).

A sugestão foi anteriormente abordada nos registos MGD n.ºs 8694 e 8695 de 2016 tendo-se concluído ser a solução, agora apresentada, a indicada para recuperação parcial e pertinente deste edifício. Esta intervenção deverá ser tomada em consideração em futuras operações de recuperação do prédio.

Desta forma, a análise feita por estes serviços atesta que o projeto de arquitetura está em condições de merecer deferimento e, não se verificando a necessidade de mais elementos além dos já entregues, pode ser considerada a aprovação final.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura e todo o processo, de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 23

13816/14 - PROC.º DE OBRAS N.º 35/2014 – CERE – CENTRO DE ENSINO E RECUPERAÇÃO DO ENTRONCAMENTO – AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS E RESIDÊNCIA AUTÓNOMA – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 35/2014, em nome de CERE – Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento, referente à ampliação do Centro de Actividades Ocupacionais e Residência Autónoma, na rua Gustave Eiffel, lote 36, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.
- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 13/12/2016.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

PONTO 24

7076/16 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/1979 – MANUEL FRANCISCO CAIXEIRO MARIQUITO - LIGAÇÃO DO LOTE 10 E 11

- Petição em nome de Manuel Francisco Caixeiro Mariquito, na qualidade de proprietário, a solicitar a ligação do lote 10 e 11, do alvará de loteamento n.º 05/1979, sito na rua Duque de Saldanha, nesta cidade, acompanhado da seguinte informação do Técnico Superior, Arquitecto José Tavares, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras:

«Solicita o requerente a alteração ao alvará de loteamento n.º 5/79 pretendendo a ligação dos lotes 10 e 11.

A proposta sujeita a análise destes serviços, propõe a ligação dos lotes 10 e 11, (destinados a moradias unifamiliares) com o objetivo de construção de uma moradia unifamiliar e anexos.

Esta localização tem a classificação de baixa densidade de acordo com o PDM (dois pisos acima do solo) cuja pretensão mantém não agravando os restantes parâmetros urbanísticos.

Dada a discrepante configuração e descontinuidade nas construções nesta localização, a pretensão mostra-se reveladora de parecer favorável por parte destes serviços, propondo-se a sua aprovação com a condicionante do requerente ser responsável pela execução de todas as infraestruturas necessárias à ligação dos lotes.

Deve, em conformidade com o art.º 22 do decreto-lei n.º 555/99 conjugado com o art.º 15.º do regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento, sujeitar o pedido a discussão pública bem como proceder á notificação dor proprietários constantes do alvará para pronuncia sobre a alteração em questão de acordo com o n.º 3 do art.º 27.º do referido decreto.

Deverá ainda ser solicitada a apresentação, no prazo de 6 meses, dos projetos de especialidades nos termos do n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de setembro.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao alvará de loteamento, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 4 (MGD 9955/16)

Anexo 4.1

Intervenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«O despacho “Para envio à Câmara para isenção de taxas” é de 3 de novembro. A 6 de dezembro foi despachado ao abrigo do n.º 3, do art.º 35.º, da lei 75/2013 – mais de um mês depois....»

Ponto 10 (MGD 1048/16)

Anexo 10.1

Intervenção da Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha:

«O despacho do Dr. Hugo Goncalves diz: Sr. Presidente o presente processo carece de deliberação para isentar o pagamento das rendas até ao final do ano como forma de incentivo à rápida abertura do estabelecimento. Caso a câmara delibere favoravelmente a cobrança das rendas serão feitas a partir de janeiro de 2017.

Não há nem requerimento nem proposta formal relativa a este assunto. Certamente não terá sido o Sr. Chefe de Divisão a decidir sugerir esta deliberação. Pela intervenção do Sr. Presidente percebe-se que não, o que registou. Havendo práticas análogas noutros estabelecimentos instalados em espaços do município, não temos objeção a que esta empresa tenha o mesmo tratamento das demais, pelo contrário, mas não nos parece adequado que este agendamento não tenha mais do que a informação no Relatório do MGD.»

O Exmo. Presidente informou que a Câmara decide, mas a informação foi elaborada pelo chefe de divisão com base na proposta do presidente.

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Não estamos de acordo com a isenção de rendas até ao final do ano, porque não há uma razão plausível para que tal aconteça.

O argumento de que tal teria abreviado a abertura do estabelecimento não faz sentido e funciona exatamente ao contrário: quanto mais depressa a empresa comesse a pagar renda, mais depressa teria interesse em colocar o espaço a render.

Além disso, não se percebe qual o interesse do município antecipar em um ou dois meses a abertura do estabelecimento. Há muitos restaurantes no Entroncamento e, seguramente, ninguém ficaria sem almoço ou sem jantar...

Quem se candidata à exploração desta atividade sabe de antemão quais as condições de exploração e decerto nunca se candidataria se pensasse que o negócio não seria viável.

Será, com certeza o caso da empresa que neste momento explora o espaço, que é experiente na área e saberá o que fazer para que ele seja rentável, como felizmente parece estar a comprovar-se.

Além disto, que me lembre, nos anteriores casos em que houve dispensa de pagamento de mensalidades, (e, de facto, foram vários) os estabelecimentos ainda estavam em obras e, portanto, não estavam ainda a ser explorados.»

Ponto 11 (MGD 11615/16)**Anexo 11.1**

O Vereador Sr. David Ribeiro sugeriu que poderiam ser acrescentadas na feira outras atividades, como artesãos locais e uma feira de velharias.

O Exmo. Presidente e o Vereador Sr. Carlos Amaro referiram que a sugestão do Vereador David Ribeiro é positiva, tendo o Sr. Vereador esclarecido que é difícil enquadrar estas atividades na feira.

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«O ano passado, excepcionalmente, por ser a primeira vez, aceitei a opção por um ajuste direto, tipo “chave na mão”, sem consulta a mais potenciais interessados na organização da Feira de abril. Mas, logo nessa altura (lembro-me bem), disse que aceitava a fórmula, só a título experimental, para ver como corria a iniciativa.

Em nosso entender, este ano, já com a experiência do ano anterior, justifica-se a adoção de outro procedimento, mais adequado: a definição de um caderno de encargos, ainda que sucinto, mas incorporando (por exemplo) as ideias como as do vereador David Ribeiro ou outras, e a consulta a pelo menos 3 entidades organizadoras, uma das quais poderá ser, obviamente, a que já organizou no ano passado.

Portanto, apoiando inteiramente a iniciativa de promover a Feira de Abril, não concordamos com o procedimento proposto.»

Ponto 18 (MGD 10094/16)**Anexo 18.1**

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Este ponto tem semelhanças e tem diferenças com o anterior. Num e noutro caso, já hoje se explora o espaço público, todavia sem recorrer a infraestruturas fixas.

A nosso ver, seria preferível manter esta esplanada como está, sem ocupar o espaço público de forma tão evidente.

No entanto, aceitamos esta proposta, pois o passeio continuará a ser passeio funcional, desde que salvaguardadas as distâncias propostas.

Gostaria de acrescentar que, estes dois casos vêm alertar-nos para a necessidade de instituir na respetiva tabela uma diferenciação de taxas de ocupação de espaço público, consoante se trate de espaços abertos ou de espaço cobertos de forma permanente e com possibilidade de fecho. Estes deverão, obviamente, ser bem mais caros, mantendo-se sempre a necessidade de licenciamento.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, foi pela Assistente Técnica, na Secção da Secretaria Geral de Apoio aos Órgãos Autárquicos, elaborada a presente ata, que vai assinar juntamente com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Assistente Técnica
